

GLOBALIZAÇÃO, ANTIGOS IMAGINÁRIOS E RECONFIGURAÇÕES DE IDENTIDADE: PERCURSOS DE UMA PESQUISA COMPARATIVA

Bela Feldman-Bianco*

RESUMO: Apresentam-se os antecedentes, os pressupostos teóricos e os alvos da investigação, que têm como objeto a comparação das reconfigurações identitárias e de nacionalidades atuais, que se dão no contexto das migrações internacionais envolvendo Portugal, Brasil e Estados Unidos. São focalizados, entre outros aspectos, as formas de desterritorialização e reterritorialização, as estratégias exclusão e inclusão e as ambigüidades resultantes da coexistência entre o discurso imperial português e a vivência atual da transnacionalidade européia, que repercutem tanto nas experiências dos migrantes quanto nos discursos e políticas de Estado.

PALAVRAS CHAVE: Globalização, migrações internacionais, representações identitárias, transnacionalidade, Estado Nação, diáspora.

As relações existentes entre migrações internacionais, (re)invenções de nação, e reconfigurações identitárias adquirem relevância especial na presente conjuntura do capitalismo global. Juntamente com a criação de novos blocos de poder e a globalização da cultura, a atual redistribuição de imigrantes pelo mundo reflete a reestruturação da economia política global. De um lado, como corolário das crescentes interdependências globais e dos novos e mais estratificados fluxos transnacionais de população, países que tradicionalmente exportavam mão-de-obra transformaram-se também em receptores de imigrantes (como é o caso de Portugal), enquanto outros passaram de receptores

* Doutora em Antropologia, Coordenadora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais-CEMI, IFCH-UNICAMP e do Projeto Integrado PRONEX/FINEP Identidades: reconfigurações de cultura e política.

também a exportadores de emigrantes (como é o caso do Brasil). Por outro lado, ao compasso da internacionalização da economia e da nova política de espaços supranacionais, países caracterizados pela emigração começaram a ampliar os direitos de cidadania às suas populações desterritorializadas e, assim, a incorporá-las na (re)elaboração de novos imaginários de nação, como forma de renegociar as suas posições no sistema econômico mundial.¹ Em contraposição, especialmente países centrais estão progressivamente restringindo os direitos de cidadania aos imigrantes. Ao mesmo tempo, produzem-se ou perpetuam-se ou, ainda, intensificam-se práticas culturais distintas e identidades diferenciadas.

Tendo como cenário essa relação dialética entre globalização, (re)invenção de nação (portanto, o poder de negociação do Estado-nação) e produções culturais diferenciadas, meu objetivo, quando da formulação de meu projeto integrado de pesquisas *Imigrantes Portugueses, Imigrantes Brasileiros: globalização, antigos imaginários e reconstrução de identidades*, foi comparar as antigas e contínuas migrações portuguesas para os Estados Unidos e Brasil com a nova migração de brasileiros para Portugal, a fim de examinar:

- a) os modos diferenciais através dos quais portugueses e brasileiros estão sendo incorporados aos (ou excluídos dos) projetos de nação de seus países de origem e de recepção, no contexto da dialética de desterritorialização e de reterritorialização e da presente (re)invenção do imaginário e dos espaços coloniais (Santos 1992, 1994; Feldman-Bianco, 1995);
- b) as contradições e ambigüidades que permeiam tanto os embates e as reconfigurações identitárias na “diáspora”, quanto os processos hegemônicos e as relações de poder nos países de origem e de recepção, e entre ambos;

¹ Como é o caso de Portugal, Haiti, México, República Dominicana, Colômbia e, mais recentemente, o Brasil.

- c) em especial, as coerências, contradições e ambigüidades que norteiam as ações e interações das lideranças diaspóricas em sua intermediação transnacional entre países de origem e recepção, assim como em suas relações intra e interétnicas nos países de recepção.

Este projeto integrado originou-se de extensa pesquisa etnohistórica sobre a “saudade”, que realizei entre os portugueses de New England, U.S.A.² Nesse estudo de caso, procurei entender vidas migrantes a partir da interação entre experiências históricas, condições estruturais e ideologias dos países de origem e recepção. Conseqüentemente, examinei como, no contexto de descolonização e de ingresso na (então) Comunidade Européia, o Estado pós-colonial português redefiniu-se como uma nação desterritorializada que incorpora (através da concessão de direitos de dupla nacionalidade e cidadania) a sua população disseminada pelo mundo, através de uma definição ampla de parentesco e descendência. Ao mesmo tempo, dediquei atenção às políticas multiculturalistas prevalecentes nos Estados Unidos desde a década de 1960 que, visando à incorporação (e controle) de imigrantes, tendem a estimular celebrações públicas de comunidades étnicas como pilares do tecido social americano. Essa abordagem, juntamente com a análise de eventos e o exame de estruturas domésticas e genealogias de imigração, possibilitou o mapeamento da emergência de uma relação intrínseca entre, de um lado, a intensificação de antigas e o surgimento de novas relações e práticas transnacionais; e, de outro, um aumento simultâneo da reterritorialização dos portugueses e luso-descendentes como um grupo étnico nos Estados Unidos.

² Extensa e intensa pesquisa de campo em New England, a partir de New Bedford, foi realizada entre 1987 e 1991, período em que exerci o cargo de University Professor of Portuguese Studies na University of Massachusetts Dartmouth. Desde então, tenho realizado esporadicamente viagens de pesquisa de campo.

A análise dessa relação dialética entre transnacionalidade e reterritorialização também permitiu-me vislumbrar uma exacerbação de rivalidades, bem como de (re)construções de identidades, regionais e locais, que se contrapõem à identidade nacional portuguesa, refletindo o fato de “... as espaço-temporalidades culturais locais terem sido sempre mais fortes do que a espaço-temporalidade nacional portuguesa” (Santos, 1993, p. 32). Nesse tocante, ainda, demonstrei que, enquanto no passado a possibilidade de conseguir poder político nos Estados Unidos demandava a rejeição, ou invisibilidade, da identidade portuguesa, a partir principalmente da década de 80, com o ingresso de Portugal na Comunidade Européia, começou a ocorrer um processo inverso. Em decorrência da exacerbação de regionalismos e localismos entre imigrantes, cujas localizações sociais estão distantes das arenas de poder, especialmente luso-americanos afluentes (muitos dos quais já assimilados à sociedade americana) foram os que tenderam a (re)elaborar a sua ancestralidade nacional portuguesa, em suas tentativas de representar o grupo étnico português na sociedade pluralista americana. Além de (re)inventarem o passado lendário português e tentarem estabelecer uma imagem “moderna” de Portugal nos Estados Unidos, esses luso-americanos começaram a desempenhar papéis de intermediação entre o Estado pós-colonial português e as missões americanas interessadas em obter acesso ao mercado europeu (Feldman-Bianco, 1991, 1992, 1992b, 1995).³

Essas perspectivas e questões forneceram os parâmetros iniciais para o desdobramento comparativo da pesquisa. Tendo em vista que “o processo de globalização reproduz a hierarquia do sistema mundial e as assimetrias entre sociedades centrais, periféricas e semiperiféricas” (Santos, 1995), esse alargamento do campo de investigação permitiu começar a discernir, através de uma *perspectiva comparativa triangular*, diferenças nas formas de inclusão e exclusão de populações

³ Sobre reconstruções de gênero, ver Feldman-Bianco, 1993, 1997, 1998; 1999/2000.

desterritorializadas nas estruturas de poder político, econômico e social, bem como em seus discursos de cidadania e em suas formulações de identidade: de um lado, em um *país central* (como os Estados Unidos), cuja língua e códigos culturais diferem flagrantemente dos portugueses; e cujas ideologias multiculturalistas, vigentes desde a década de 1960, enfatizam a demarcação e (portanto) o controle de “minorias” étnicas e raciais e a politização da etnicidade; por outro lado, em *países semiperiféricos* (como Portugal e Brasil), interligados por relações históricas ambivalentes e contraditórias, resultantes da “inversão do pacto colonial” (Novaes e Mota, 1986), de similaridades culturais e de língua, cujas ideologias (calcadas no *lusotropicalismo* de Gilberto Freyre), enfatizando a existência de uma “democracia racial” e de uma *irmandade luso-brasileira*, tenderam a mascarar e, dessa forma, evitar rígidas demarcações étnicas e raciais.⁴

Nesse tocante, levando em conta a transformação de Portugal pós-colonial também em país de recepção de imigrantes majoritariamente originários de suas ex-colônias⁵ e a emergente formação de uma diáspora brasileira, julguei crucial examinar as formas através das quais portugueses e luso-descendentes do Brasil (inclusive aqueles que retornaram à Portugal ou que vivem entre Brasil e Portugal) e brasileiros e luso-descendentes em Portugal diferencialmente interpretam, reagem, contestam e negociam as atuais contradições e ambivalências entre: i) de um lado, essas ideologias luso-brasileiras, baseadas na produção de fronteiras culturais ambíguas (que, calcadas

⁴ Fazem ainda parte de meu projeto integrado os seguintes estudos de caso, a cargo de alunos: Entre os portugueses de São Paulo: **A ética de resistência e os exilados anti-salazaristas do Portugal Democrático** (dissertação de mestrado, de Douglas Mansur da Silva, defendida em 2000); **Diáspora invisível? Os portugueses de São Paulo** (vídeo etnográfico de 25 minutos, monografia de graduação de Célia Harumi Seki, defendida em 2000); **Entre disputas políticas e o dilema da “invisibilidade”**: as manifestações dos portugueses de São Paulo em torno dos 500 anos de descobrimento do Brasil (pesquisa em andamento para dissertação de mestrado). Entre brasileiros de Portugal: **Relações interétnicas em Lisboa**: imigrantes brasileiros e africanos no contexto da lusofonia (dissertação de mestrado em fase de finalização); **Terra quase estrangeira**: Invenção do Brasil exótico na cidade do Porto (tese de doutoramento em fase de redação).

⁵ Sobre a transformação de Portugal em país de imigração, ver Esteves, Maria do Céu, 1991.

no acordo de amizade e de igualdade de direitos estabelecido entre os dois países em 1972, potencialmente favorecem o *direito de opções*); e ii) de outro, a crescente subordinação do Estado pós-colonial português às políticas de controle de fronteiras territoriais que favorecem os *direitos às raízes* no espaço comunitário europeu (cf. Santos, op. cit.). Paralelamente, interessa-me examinar também os envolvimento diferenciais das lideranças diaspóricas desses dois países com a presente formação da Comunidade de Países de Expressão Portuguesa – simbolicamente alcunhada de *Comunidade de Sentimentos*. Embora constituindo-se em um novo espaço supranacional, essa “comunidade” está enraizada em antigas (e ambíguas) relações (e imaginários) coloniais.

No transcorrer da pesquisa, essas questões tornaram-se ainda mais relevantes, devido a (1) implementação, nos Estados Unidos, de políticas imigratórias mais restritivas, tanto no que se refere à entrada de novos imigrantes em território americano quanto aos direitos de cidadania de seus imigrantes; (2) emergência de novas políticas portuguesas de imigração, que enfatizam a “integração das minorias étnicas”, com especial destaque às lusófonas e que implicaram a criação de um Alto Comissariado de Imigração e Minorias Étnicas; (3) o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de uma crescente emigração internacional, reconhecimento esse expresso na implementação de dupla nacionalidade e na formação de “Conselho de Comunidades” junto aos consulados brasileiros; e (4) a oficialização da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e conseqüentes reconstruções da “Lusofonia”.

Além do mais, a análise preliminar dos conflitos diplomáticos ocorridos entre Portugal e Brasil em 1993 e o trabalho de campo entre os portugueses de São Paulo (que também incluiu uma coleta inicial de informações sobre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa) indicaram a importância de se dedicar atenção especial às (re)invenções sistêmicas da retórica de “irmandade” entre Portugal e Brasil, tanto nos

discursos das lideranças diaspóricas quanto nos dos representantes governamentais brasileiros e portugueses. Esse trabalho de campo preliminar implicou, de um lado, a ampliação do meu campo de investigação, pois, foi devido à necessidade de melhor contextualizar a retórica da “irmandade” e as decorrentes ambigüidades e contradições que permeiam as relações entre Portugal e Brasil, que se tornou crucial também estudar a [nova emigração] de brasileiros para Portugal; e de outro lado, a necessidade de analisar esses fluxos transnacionais de população, bem como a retórica de “irmandade”, como parte constitutiva do processo de (re)construção e (de negociação) das relações entre Brasil e Portugal, no contexto da reestruturação da economia global, da integração plena de Portugal no espaço europeu e da emergente formação da “Comunidade de Países de Língua Portuguesa”.

Esse alargamento do campo e do problema permitiu vislumbrar desdobramentos nas políticas portuguesas em relação às populações diaspóricas. Da ênfase em direitos de cidadania passou-se para um foco quase que exclusivo em torno de lideranças afluentes e influentes na diáspora ou com experiência diaspórica, que (independentemente de se autodenominarem, ou não se autodenominarem, “imigrantes”/ “emigrantes”) possam servir de intermediários, seja para as políticas de objetivação da [alta] cultura que visam a reconfigurar Portugal como nação [européia] moderna, seja para conquistar mercados e atrair investimentos, ou ambos. Essa abordagem mas ampla do que a convencional, que tende a adotar e impor uma visão ortodoxa das categorias “imigrantes/ emigrantes/migrações internacionais” e até de “transmigrante”, foi direcionada pelas investigações realizadas em Lisboa e em São Paulo, especialmente pela constatação da existência de múltiplas auto-representações e representações de brasileiros e portugueses desterritorializados, incluindo a construção de estereótipos mútuos, no contexto de histórias interrelacionadas de colonização e emigração/imigração e de retóricas de irmandade, e, portanto, de fronteiras culturais e localizações sociais ambíguas, a

exemplo de, em Portugal: “brasileiro residente em Portugal com direitos de igualdade”, “lusobrasileiro”, “português com alma brasileira”, “imigrante”, lusófono, “brazuca” e “brasileiro” (para o português “torna-viagem”). Da mesma forma, no Brasil, a ambigüidade das representações sobre quem é português, quem é brasileiro, ou das diferenciações (de classe) entre “português comerciante” e “português imigrante” ou entre colonizador/colonizado e, ainda, da própria categoria “lusobrasileiro” é constitutiva da história de colonização e imigração, da “inversão do pacto colonial” e do processo de independência iniciado por D. Pedro (I no Brasil, e IV, em Portugal).⁶ Em contraposição, nos Estados Unidos, onde os portugueses estão distantes das arenas de poder – e independentemente do fato de o Estado pós-colonial português ter abolido (ainda em 1986) o termo “imigrante” e passado a denominar as populações na diáspora de “Portugueses no Exterior” e “Portugueses espalhados pelo mundo” –, a categoria “imigrante” tende a ser menos maleável, marcando rigidamente a diferença entre cidadãos americanos e não cidadãos, contrastando com a de “Luso-americano” (mais fluída). Portanto, ao invés de impor categorias (como a de “imigrante”), torna-se essencial analisá-las (tanto as representações quanto as auto-representações) em contextos e situações específicas, incluindo as possibilidades de manobra e negociação que apresentam e não apresentam.

A fim de se entenderem os principais resultados já alcançados, deve-se levar em conta que as perspectivas teórico-metodológicas adotadas para a análise da interrelação entre movimentos transnacionais (não só de populações mas, também de signos e capitais) e reconfigurações identitárias implicam expor as relações dinâmicas entre processos de globalização, transnacionalismos, localismos, o exercício do poder do Estado-nação e a reformulação da cultura. Nesse sentido, tornou-se fundamen-

⁶ Vide também Ribeiro, G.S ; Alencastro, L.F; Vieira N; Capinha, G.

tal examinar políticas de inclusão e exclusão (tanto dos países de origem quanto de recepção de migrantes internacionais) a partir dos modos pelos quais os Estados nações estão renegociando suas posições no cenário mundial. A partir desse quadro, assinalarei alguns dos resultados alcançados, que confirmam e avançam análises por mim já efetuadas.

Inicialmente, a ênfase comparativa, abarcando três estudos de caso, foi motivada pelo meu interesse em entender a localização semiperiférica de Portugal na economia política global como nação de emigrantes espalhados mundo afora e, simultaneamente, antiga metrópole imperial. Entretanto, durante o processo de pesquisa, tornou-se fundamental examinar as políticas de inclusão e exclusão do Estado português em relação aos seus imigrantes e emigrantes, a partir dos processos de remodelação de Portugal de uma metrópole imperial a uma nação pós-colonial europeia. Essa perspectiva possibilitou a análise da transformação de Portugal pós-colonial em país de imigração de populações originárias de suas antigas colônias, assim como os processos de incorporação de emigrantes portugueses e descendentes na criação de uma nação baseada em população, ao invés de território. Nesse tocante, a análise comparativa sugere que as tensões, ambigüidades e contradições, tanto no que se refere às experiências migrantes (Glick Schiller, Basch e Szanton, 1994) quanto às relações entre antigo colonizador e colonizados (Bhabba, 1986, 1994), tendem a ser mais intensas do que as retratadas por pesquisadores que centralizaram sua atenção em emigrantes de ex-colônias que se deslocaram para países centrais, alguns dos quais antigas metrópoles coloniais. Dada a constante produção de fronteiras culturais ambíguas entre Portugal e o Brasil no contexto de contínuas inversões nos jogos da história, da cultura e do poder, incluindo superposição dos campos sociais dos movimentos migratórios e contínuas redefinições das antigas relações coloniais como vínculos de parentesco horizontal, tornou-se imprescindível fazer uso de um quadro de referências que possibilitasse entender tanto a produção de permanências quanto de diferenças cultu-

rais entre os dois países “irmãos”. Além do mais, a fim de captar a complexidade das inversões de travessias entre Portugal e Brasil, foi necessário adotar uma perspectiva mais ampla desses movimentos transnacionais – não só de pessoas, mas também de símbolos e capitais. O foco nas interdependências e nos campos sociais que entremeiam esses inversões contribuiu para uma melhor compreensão dos movimentos transnacionais entre países semiperiféricos, ligados ademais por antigas relações coloniais.

No contexto do estudo de caso realizado nos Estados Unidos, já havia estabelecido diálogos com pesquisadores que adotam uma perspectiva transnacional de migrações e que predominantemente examinaram os projetos de reconstrução de antigas colônias, documentando os processos de incorporação de seus emigrantes dispersos pelo mundo na formulação de *nações desterritorializadas* – isto é, nações baseadas (retórica ou juridicamente) em laços de descendência e raça, ao invés de território.⁷ Mas, tendo em vista que o desdobramento de minha investigação incluiu a comparação da transmigração entre Portugal e Brasil (países *semiperiféricos*, interligados pela história do colonialismo português no Brasil), relacionei essa perspectiva com a de Santos (1993) sobre a necessidade de se levar em consideração a posição semiperiférica de Portugal no sistema econômico mundial para se examinar a sua indiferenciação (como colonizador) em relação às

⁷ O acompanhamento das políticas emigratórias portuguesas (incluindo interlocução com outros pesquisadores que estão realizando estudos enfocando outros países de emigração como, por exemplo, México, Colômbia, Haiti, Republica Dominicana, Índia e Filipinas) indica que, frente aos processos de globalização da economia e da formação de espaços supranacionais, as populações desterritorializadas tornaram-se parte constitutiva das políticas externas dos países que exportam (ou exportavam) emigrantes. Se, anteriormente, as questões emigratórias eram da alçada de Ministérios do Trabalho, a partir da década de 1980, passaram a ser da responsabilidade dos Ministérios de Negócios Estrangeiros. Essas mudanças representaram a emergência de novas políticas em relação aos emigrantes: de uma preocupação com a sua inserção no mercado de trabalho internacional ao reconhecimento de seus direitos de (dupla) nacionalidade e (dupla) cidadania (e, portanto, de seu transnacionalismo). Em suma, a incorporação de emigrantes na criação de “nações desterritorializadas” representa um novo nacionalismo (transnacional) que está se tornando um padrão entre países exportadores de emigrantes.

(ex)colônias,⁸ em especial em relação ao Brasil. No entanto, progressivamente, percebi a importância de dialogar também com estudiosos do assim chamado “momento pós-colonial”, isto é o “momento após o Império” que, via de regra, tendem a centralizar sua atenção em somente uma das dimensões desses complexos processos de redefinição de nação – aquele referente à presença, em antigas metrópoles imperiais, de populações diaspóricas das ex-colônias e que, juntamente com seus filhos e os filhos de seus filhos, funcionam como incômodos “lembretes” do império (Hall, 1996). Além do mais, devido ao seu interesse nos discursos suplementares da nação e em construir histórias que desafiam as homogeneidades construídas e reconstruídas, Hall (1996) e Bhabba (1994) tendem a enfatizar exclusivamente a produção cultural da diferença. Não levam, portanto, em conta como as homogeneidades são construídas (e, portanto, os discursos enfatizando as permanências), nem que as antigas metrópoles coloniais européias também começaram a redesenhar a pertença à nação pós-colonial, através de concessão de direitos de nacionalidade aos descendentes de seus antigos emigrantes, direitos esses por vezes baseados no princípio de *jus sanguini*, isto é, em laços de sangue.

Em contraposição a esses estudos, examino tanto a transformação de Portugal em país receptor de populações diaspóricas de suas antigas colônias, quanto os processos de incorporação de emigrantes portugueses e descendentes na criação de uma nação baseada em população, ao invés de território. A partir dessas perspectivas mais amplas, tornou-se importante levar em conta que tanto a criação da *nação desterritorializada* quanto a formação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram baseadas em produções de ancestralidade compartilhada. De um lado, a incorporação de populações portuguesas dispersas pelo mundo beneficiou-se da lei de nacionalidade de 1981, que favorece os “vínculos de sangue” e, portanto, os “direitos

⁸ Segundo Santos (1993), “no (...) trajecto histórico-cultural da modernidade (de Portugal) fomos tanto o Europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante”.

às raízes”, através de uma definição ampla de parentesco e descendência. Comparativamente, as narrativas mestras da CPLP reconfiguraram as semelhanças culturais entre colonizador e ex-colonizados, através de elos de “irmandade, cultura, história e língua portuguesa em comum”. Enquanto na lei de nacionalidade acima citada o princípio de *jus sanguini* restringe o acesso à cidadania portuguesa somente àqueles com “direitos às raízes”, essas narrativas metaforicamente transformam os elos criados pela língua em comum em “vínculos de sangue” e, portanto, em descendência comum. Portanto, ênfase não somente a produção cultural da diferença, mas também como as homogeneidades são construídas.

Nesse contexto, uma análise detalhada dos conflitos diplomáticos⁹ que eclodiram entre Portugal e Brasil em 1993, num período histórico marcado pela emergência de leis europeias que tratam migrantes transnacionais como questão de segurança nacional e supranacional, permitiu discernir as tensões e contradições existentes entre o antigo projeto imperial e o novo projeto europeu no âmbito de mudanças institucionais que, redefinindo a pertença à nação, visaram a marcar o fim do império português e a transformação de Portugal em nação europeia. Essas contradições e tensões incitaram e reacenderam as clivagens existentes entre diferentes ideologias nacionalistas em torno do que deve ser a nação portuguesa (Cf. Fox, 1990). Em última análise, esses embates e suas acomodações ajudaram a afirmar a predominância de uma ideologia nacionalista conciliatória que enfatiza as continuidades imperiais.

⁹ Originados durante o governo Cavaco e Silva, por restrições feitas pelo governo português à entrada de brasileiros em Portugal e que provocaram polêmicas em torno do acordo de amizade e de direitos de igualdade estabelecido em 1972, esses conflitos e acomodações refletiram as mudanças de posição do Brasil e de Portugal na ordem econômica mundial, bem como a crescente subordinação de Portugal às políticas da Comunidade Europeia. Na medida em que trouxeram à tona as discriminações e tensões que permeiam as relações entre portugueses e brasileiros, incluindo o uso de estereótipos mútuos, esses conflitos propiciaram o foco inicial (ou o “drama social” nos termos de Victor Turner, 1978) do trabalho de campo entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo e (como contraponto) entre os brasileiros e luso-brasileiros de Lisboa.

Tanto a diplomacia brasileira quanto as lideranças das associações luso-brasileiras de Portugal e do Brasil tiveram participação ativa na afirmação dessa continuidade imperial portuguesa, a partir de localizações diversas. Tendo em vista que os ambíguos jogos identitários entre Brasil e Portugal proporcionam margens de manobra tanto para a produção da semelhança quanto da alteridade, esses diferentes protagonistas fizeram uso de apelos às raízes comuns para dirimir diferenças, através da reiteração dos elos de descendência horizontal, cultura, língua e história que ligam os dois países “irmãos”. Assim, ao reconstituírem os vínculos em comum entre Brasil e Portugal, procuraram sobrepor o antigo império à nação, a fim de dissimular as contradições e incompatibilidades imanentes entre a reconstrução de Portugal pós-colonial em nação europeia e o antigo império português.

Num quadro histórico marcado por encontros, na antiga metrópole, entre lideranças originárias do Brasil e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) em torno da deportação de imigrantes indesejáveis, a reconfiguração do antigo império português como “território da língua portuguesa”, extravasou as relações bilaterais entre Brasil e Portugal, bem como uma suposta unidade luso-brasileira. De um lado, forneceu as bases para as lideranças das associações imigrantes lusófonas reivindicarem direitos às raízes comuns. A defesa de um tratamento diferenciado às populações imigrantes que falam o português uniu situacionalmente as lideranças imigrantes lusófonas em torno de um *Movimento sem Fronteiras*. Ao investirem na asserção das semelhanças culturais e na produção da homogeneidade através da ênfase na (mesma) língua portuguesa como vínculo de sangue, essas lideranças justapuseram a cultura imperial à cultura nacional portuguesa. Dessa forma, participaram ativamente na produção de continuidades imperiais no Portugal pós-colonial. Mas, se essa reconfiguração da cultura imperial foi contraposta ao projeto europeu português e à Europa, paradoxalmente serviu de base às estratégias de imigrantes lusófonos que visavam à obtenção de direitos de perma-

nência em Portugal e, por conseguinte, o acesso ao bloco supranacional europeu. Acima de tudo, essa defesa do Atlantismo beneficiou aqueles que defendiam uma ideologia nacionalista conciliatória, cujo projeto europeu assenta sobre continuidades imperiais.

Por outro lado, a sobreposição entre nação e império, na atual conjuntura do capitalismo, marcada por crescentes interpenetrações globais e formação de blocos regionais, também envolveu esforços e embates para a criação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esse novo “território” supranacional da Língua Portuguesa, significativamente conhecido como *Comunidade de Sentimentos*, representa a nova face do império português em tempos de globalização econômica. Não por acaso, como corolário da acomodação dos conflitos e da afirmação das permanências culturais entre Brasil e Portugal, a iniciativa em investir na formação da CPLP partiu do Embaixador do Brasil em Portugal e atendeu, à época, tanto aos interesses das associações de imigrantes lusófonos que lutavam por tratamento diferencial por parte do Estado pós-colonial português, quanto das associações luso-brasileiras voltadas à promoção da língua portuguesa e expansão de mercados. Entretanto, no contexto de mudanças governamentais no Brasil e em Portugal, o Estado brasileiro (agora sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) passou a investir crescentemente no Mercosul, enquanto (sob a presidência de Jorge Sampaio, do Partido Socialista) a lusofonia transformou-se na bandeira do Estado português.

Eventos posteriores à vitória do Partido Socialista nas eleições de 1996 para o governo central e o resultante triunfo de um projeto nacional que favorece a conciliação entre europeísmo e atlantismo, revelaram os limites da política de semelhanças, indicando que, em Portugal, as lideranças imigrantes lusófonas inadvertidamente compartilharam a dialética da inclusão e exclusão. Ironicamente, os processos de regulamentação de imigrantes ilegais e de implementação de tratamento diferencial aos “imigrantes que falam o português” possi-

bilitaram aos novos governantes configurar um campo limitado de inclusão, através da concessão de acesso diferenciado somente aos representantes de algumas associações de imigrantes lusófonos às interlocuções e negociações com o Estado português. Com base nesse ardil, o governo do PS continuou a seguir *stricto sensu* as normas europeias em relação aos imigrantes: de um lado, intensa fiscalização nas fronteiras territoriais, a fim de evitar a entrada daqueles imigrantes “indesejáveis”, considerados questão de segurança nacional e supranacional; e, de outro lado, ênfase na bandeira de direitos humanos, com realce aos diálogos interculturais, ao multiculturalismo e à luta contra a xenofobia e o racismo, em relação tão somente aos imigrantes já radicados e legalizados em Portugal.

Todavia essas políticas multiculturais europeias foram mais uma vez redefinidas à luz do lusotropicalismo de Gilberto Freyre – ideologia primeiramente formulada para o contexto brasileiro, mas que já havia sido extrapolada para as relações do Estado português com o seu “ultramar” de África, durante o colonialismo tardio. Ao se referirem implicitamente à plasticidade e, por extensão, à mestiçagem positiva portuguesa, as campanhas publicitárias dos governantes do PS reiteram as semelhanças e, portanto, insistem numa suposta indiferenciação entre antigo colonizador e ex-colonizados. Dessa forma, procuram dissimular a contínua produção de categorias e hierarquias no que tange às populações imigrantes em Portugal, com referência especial às lusófonas. Mas, no contexto dessas políticas e de resultante alocação de verbas dirigidas principalmente às populações imigrantes carentes, através de associações de imigrantes dos PALOP, as diferenças entre os “irmãos” da diáspora reapareceram, enfraquecendo o movimento de imigrantes lusófonos. Tendo em vista a distância social existente entre as populações originárias do Brasil e aquelas provenientes dos demais países de expressão oficial portuguesa, bem como as constantes ambigüidades nos renovados jogos identitários entre Brasil e Portugal, as lideranças imigrantes brasileiras e luso-brasileiras por

vezes desempenham papel de coadjuvante na produção do “lusotropicalismo”. Como corolário, a língua portuguesa e a “mestiçagem positiva”, dentre outros essencialismos, continuam a renovar, conforme o contexto, as semelhanças culturais, servindo igualmente para o seu reverso, isto é, como sinais diacríticos das ambíguas diferenças culturais entre brasileiros e portugueses.

Esse “território da língua portuguesa” inclui também os portugueses da diáspora que, após a dissolução do antigo império e a quase concomitante desterritorialização de Portugal para o bloco supranacional europeu, foram incorporados, através do princípio de *jus sanguini*, no redesenho de uma nação espalhada pelo mundo, baseada em descendência comum. Se, por mais de um século, intermitentes debates questionavam se a emigração era um problema ou solução para os “males” portugueses, a criação dessa *nação desterritorializada*, no bojo da Revolução dos Cravos, da descolonização e do ingresso na CEE, para além de ter possibilitado a reconstrução da “dimensão mágica” de um Portugal imperial (Lourenço, 1978), tinha por alicerces promover a justiça social e a concessão de direitos de nacionalidade e cidadania. Mas, ao mesmo tempo em que concederam direitos de dupla nacionalidade às suas populações diaspóricas, autoridades governamentais portuguesas delimitaram um campo diferenciado de acesso privilegiado às interlocuções e negociações com o Estado pós-colonial que tende a ser restrito especialmente às lideranças mais influentes das associações lusas da diáspora. Especialmente desde o Tratado de Schengen, também começaram a apregoar o “fim da emigração” e a investir cada vez mais na “política da alta cultura lusa” e na lusofonia. Como corolário, passaram a privilegiar o estreitamento de relações com as lideranças afluentes e influentes da diáspora, capazes de atuar como bases de apoio para a promoção de um imaginário de Portugal como “nação européia moderna”, bem como para a intermediação de contatos com representantes governamentais e missões comerciais.

A partir do estudo de caso focalizando os portugueses de New England, pôde-se vislumbrar que essas estratégias, enfatizando a objetivação da alta cultura portuguesa, e que incluem alocação de verbas governamentais ou privadas a universidades e museus americanos, estão, de um lado, acirrando as disputas entre associações lusas ou luso-americanas e, de outro lado, chamando a atenção de governantes e planejadores locais, eles próprios interessados em captar recursos e atrair empresas e investimentos portugueses para as suas (no mais das vezes, decadentes) localidades, como New Bedford e Fall River. Ao mesmo tempo, as contradições entre a construção da “nação desterritorializada” (e sua interrelação com parentesco/descendência e, portanto, de direitos às raízes) e a submissão de Portugal às normas comunitárias européias repercutem dramaticamente entre os portugueses de New England. Desde meados da década de 90, paralelamente às estratégias que resgatam o orgulho luso, imigrantes portugueses começaram a confrontar-se com políticas restritivas, tanto no seu cotidiano americano quanto em suas tentativas de regresso e de obtenção de emprego em Portugal. Em face da implementação de uma legislação americana restringindo direitos dos imigrantes, lideranças comunitárias bilingües e biculturais iniciaram amplas campanhas de “naturalização”, como forma de evitar a exclusão dos portugueses dos benefícios sociais americanos. Essas campanhas tiveram o imediato apoio de autoridades governamentais lusas, interessadas em evitar o regresso em massa de cidadãos desterritorializados que estavam, além do mais, enfrentando desemprego nos Estados Unidos. Para contornar essas circunstâncias, a política da dupla cidadania começou a ser utilizada para estimular a integração e naturalização dos imigrantes portugueses nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, manter a sua ligação com a terra natal. Levando em conta a submissão do Estado português ao tratado de Schengen e à “Lei do Estrangeiro”, autoridades governamentais lusas, de imediato, apoiaram a campanha para, dessa forma, evitar o regresso à Portugal daqueles cidadãos desterrito-

realizados e preservar o favorecimento dos portugueses residentes no que concerne o mercado de trabalho português. Assim, embora continuando a conceder direitos à dupla nacionalidade, a atual política conclama que, “para ser um bom português, é necessário ser um bom americano”. Sugestivamente, esse mesmo mote foi utilizado por luso-americanos que conclamavam os imigrantes à naturalização e assimilação, durante a campanha de “Americanização” da década de trinta. Atualmente, esse mote foi ressignificado para estimular o biculturalismo. Mas, desde finais de 1996, desdobramentos das políticas migratórias americanas têm redundado na deportação de um número crescente de imigrantes (incluindo portugueses) que cometeram pequenas infrações. Considerados “indesejáveis”, esses pequenos infratores são, em geral, jovens que emigraram ainda crianças, que só falam o inglês e que, apesar de nunca terem adquirido a nacionalidade americana, reconstruíram-se tão somente como americanos. Mas, no contexto de construção rígidas da categoria “imigrante”, a deportação desses “indesejáveis” não admite, inclusive, qualquer possibilidade de apelação.

Comparativamente, os jogos entre semelhanças e diferenças culturais permeiam o assim chamado *Regresso das Caravelas*, que assinala epicamente as novas inversões dos trânsitos de pessoas, signos e capitais entre Portugal e o Brasil, em finais da década de 1990. No contexto dessas inversões na economia global, autoridades governamentais portuguesas reconstruíram antigos imaginários imperiais, a fim de recriar Portugal como uma “moderna” nação europeia (e central). Representando um outro momento de reconfiguração de um nacionalismo (expansionista) português, atrelado às normas europeias, essas narrativas oficiais sistematicamente entrelaçam políticas de alta cultura e de investimentos para evocar as semelhanças culturais entre antigo colonizador e sua ex-colônia, em torno da lusofonia. Considerando a política de internacionalização da economia, o Estado pós-colonial português, juntamente com investidores e empresas de Portugal, voltam-se, uma

vez mais, para os seus antigos espaços coloniais – hoje “território (supranacional) da língua portuguesa”. Tendo em vista a ênfase do governo brasileiro na política de privatizações, nesse “território supranacional”, destaca-se o Brasil que, além de ser considerado “a maior criação portuguesa”, passou também a ser visto como o “grande mercado” para investidores e empresas lusas. Dessa forma, na atual conjuntura do capitalismo global, agora sem o ônus do colonialismo, o “futuro” de Portugal parece estar no Brasil.

As atuais políticas do governo português em conjunto com a entrada de empresas e investimentos lusos no Brasil estão a reforçar a portugalidade e, como corolário, a produção de diferenças culturais entre portugueses e brasileiros que resgatem o orgulho de ser português. Da mesma forma, extrapolando o antigo “mercado da saudade” e as contínuas remessas para Portugal, empresas e investidores de Portugal no Brasil têm se apoiado em algumas associações da diáspora e passado a considerar os portugueses do Brasil como potenciais clientes e consumidores. Para além de atualizar antigas clivagens em torno do antigo espectro salazarista, essas políticas de objetivação da alta cultura assinalam a existência, entre as lideranças diaspóricas, de projetos alternativos sobre o que deve ser a cultura portuguesa e quem deve representá-la. Mas essa representação parece permanecer confinada a um reduzido número de portugueses, já que, através de diferentes elaborações sobre a “invisibilidade” lusa, as próprias lideranças diaspóricas acabam por ajudar a produção de políticas de exclusão.

Em suma, esses três estudos de caso sobre emigrantes de Portugal e imigrantes em Portugal trouxeram à tona a relevância de se levar em consideração o peso das reconfigurações coloniais na era pós-colonial portuguesa. A análise comparativa indica que afirmação do Estado português como país “europeu” continua inexoravelmente ligada ao seu antigo espaço colonial. Lideranças transmigrantes portuguesas, como também aquelas originárias de ex-colônias hoje radica-

das em Portugal, têm desempenhado papel ativo na reconstrução do império português. Mobilizações de transmigrantes, assim como os movimentos de capital entre Brasil e Portugal, são essenciais para entender a importância de se examinar simultaneamente a produção de semelhanças e diferenças culturais, num período marcado por novas construções de nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Manuela. Sem reciprocidade. Arquivo. In. pt. Notícia em arquivo, 16 de Dezembro de 1997. **Empresa do Jornal de Notícias S.A.** [s.l.], p. 3-4. 1999.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. Escravos e proletários. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 21, p. 30-57, jul. 1988.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities. Reflections on the origin and spread o nationalism**. London: Verso, 1983.
- ALEXANDRE, Valentim. The Colonial Empire. In: PINTO, António Costa (Org) **Modern Portugal**. Palo Alto, California: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, 1998. p. 41-59.
- BAGANHA, Maria Iones, P. Góes. Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 52/53, p. 229-280, 1998/1999.
- BASH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; SZANTON-BLANC, Cristina. **Nations unbound: Transnational Projects and the Deterritorialized Nation State**. New York: Gordon and Breach, 1994.
- BHABHA, Homi. K. **The location of culture**. New York: Routledge, 1994.
- CAPINHA, Graça. A poesia dos emigrantes portugueses no Brasil: ficções credíveis no campo da(s) identidade(s). **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 48, p. 103-146, 1997. (Número Temático sobre Identidades).
- COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura (Eds). **Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Múltiplas camadas de tempo e espaço: reconstruções de classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 38, p. 193-223, 1993.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. The state, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization, **Oficina do CES**, Coimbra, n. 46, 1995.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Immigration, cultural contestations, and the reconfiguration of identities: the case of the female cultural brokers. **Journal of Latin American**

Anthropology. [s.l.], v. 4, n. 2, v. 5, n. 1, 1999/2000 (Número Temático Reading Brazilian Anthropologists).

FELDMAN-BIANCO, Bela, MACDONNALD, J. Portuguese. In: LEVISON, D., EMBER M. **American immigrant cultures: builders of a nation.** New York: Simon and Schuster Mac Millan, 1997. v. 2.

FOX, Richard G. Introduction. In: FOX, Richard G. (Org.). **Nationalist ideologies and the production of national cultures.** Washington D. C., American Ethnological Society, 1990. (Monograph series, n. 2).

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1970-1830.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e da cultura do Brasil com Portugal e as colônias.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC SZANTON, Cristina. Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered. **Annals of the New York Academy of Sciences**, 1992. v. 645.

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, Georges. Laços de sangue: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra, n. 48, p. 33-66, jun., 1997.

GOMES, Artur. **Sob o signo da ambigüidade: construções identitárias no espaço português do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado) – UNICAMP – São Paulo, 1998.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** [s.l.], n. 24, p. 68-76, 1996. (Número Temático sobre Cidadania).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade.** Lisboa: Publicações D. Quixote. 1978.

MACHADO, Igor José de Rennó. **Terra quase estrangeira: invenções do Brasil exótico na cidade do Porto, Portugal.** Projeto (Tese) – UNICAMP – Campinas, 1998 (mimeo).

MENDANHA, Victor. **Conversas com Agostinho da Silva.** Lisboa: Ed. Pergaminho, 1994.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da república velha. **Análise Social.** [s.l.], v. 127 n. 29/3, p. 631-654. 1994a.

RIBEIRO, Gladys Sabina, “Ser português” ou “Ser brasileiro”; considerações sobre o primeiro reinado. **Ler História.** [s.l.], n. 25, p. 27-55, 1994b

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos lusitanos no primeiro reinado.** Projeto (Doutorado) – UNICAMP – Campinas, 1999.

ROWLAND, Robert. Velhos e novos Brasis. In: BETHENCOURT, F., CHAUDHURI, Kirti. (Orgs.) **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 4, p. 303-374.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. **Oficina do CES**. Coimbra, n. 21. 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 38, p. 11-43, 1993 (Número Temático Descobrimientos e Encobrimientos).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Towards a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition**. New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Gustavo Adolfo Daltro Pedrosa. **Sabiá em Portugal: imigrantes brasileiros e a imaginação da nação na diáspora**. Monografia (Conclusão de Curso de Graduação) – UNICAMP, Campinas, 1996.

SANTOS, Gustavo Adolfo Daltro Pedrosa. **Incidentes diplomáticos: contextos e antecedentes em Portugal – associações e legislação de imigração portuguesa**. Relatório de pesquisa, 1999, Mimeo.

SEKI, Célia Harumi. **Diáspora invisível? Vídeo etnográfico, 20 min.** 1999. Monografia (Graduação) – UNICAMP, Campinas.

SILVA, Douglas Mansur. **Comunidade luso-brasileira ou diáspora**. Relatório de pesquisa, 1999, (Mimeo).

SILVA, Douglas Mansur. **A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático”**. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2000.

SILVA, Eduardo Caetano. **Disputas políticas e (re)construções identitárias dos portugueses de São Paulo no contextos dos “500 anos de descobrimento do Brasil”**. Projeto de pesq. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2000.

SOARES, Mário. **Intervenções**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

VIDAL, Frederico Perry. Biografia de uma instituição luso-brasileira. 80 anos - Câmara Portuguesa de São Paulo (1912-1992). São Paulo, **Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Arte de São Paulo**, p. 45-134. 1992.

VIEIRA, Nelson. **Brasil e Portugal: a imagem recíproca**. [s.l.; s.n.], 1991.